



Rádio pela infância

Políticas públicas - O papel do Estado para a melhoria de vida de crianças e adolescentes

Todo município quer se desenvolver. Mas não há desenvolvimento de verdade sem garantir os direitos de cada pessoa, dando prioridade para os direitos de cada criança e adolescente. Para um município crescer, ele precisa investir na infância e ter políticas duradouras que garantam o bem-estar de cada família.

Para começar, é direito das crianças e adolescentes sobreviver e se desenvolver no município em que moram. Para isso acontecer, as grávidas precisam ter acompanhamento médico; as crianças de até seis anos devem receber atenção especial na saúde, na educação e em todos os setores públicos; e as famílias têm que ter acesso a programas que levem o saneamento básico até suas casas e que gerem empregos. E qual o papel da comunidade? Cobrar esses direitos!

Quer mais? O município tem de garantir alimentação adequada para as crianças e gestantes em risco de desnutrição, além da vacinação para seus habitantes. Essas ações são para diminuir a mortalidade infantil e das mães após o parto. Os pais também têm de ficar ligados no desenvolvimento dos filhos e verificar se eles estão se alimentando de forma correta. Preste atenção nas dicas do Ministério da Saúde: até os seis meses, o bebê deve receber somente o leite materno, sem oferecer água, chá ou qualquer outro alimento. Depois dos seis meses, a mãe pode ir adicionando, aos poucos, outros alimentos, como cereais, carnes, legumes e frutas, mas mantendo o leite materno até os dois anos de idade ou mais. E, para a vida toda, a alimentação tem de ser variada e colorida. Estimule a ingestão de frutas, verduras e legumes. Evite açúcar, enlatados, frituras e refrigerantes.

Sabe que atividades podem melhorar a qualidade de vida no município? As atividades voltadas para a educação. As crianças e adolescentes precisam ter acesso à educação de qualidade. Essas ações também devem garantir que os jovens continuem em sala de aula, da creche ao ensino médio.

Em 2009, o Brasil deu um grande passo, com a Emenda Constitucional nº 59, que obriga o Estado a ofertar educação básica para meninas e meninos de 4 a 17 anos. Isso quer dizer que os estados e municípios são obrigados a oferecer educação infantil para crianças com 4 anos ou mais, e ensino médio para adolescentes de até 17 anos. A família não está obrigada a matricular o filho na educação infantil, mas, se quiser, o poder público deve oferecer as vagas. Se você, pai, mãe, não consegue escola para o seu filho ou filha, deve procurar o Conselho Tutelar ou o Ministério Público aí na sua região.

Violência gera mais violência. Explorações sexuais e maus tratos podem mudar a vida dos adolescentes e das crianças para sempre. Fique de olho em como sua filha, seu filho estão sendo tratados por aqueles que os cercam e tenha o hábito de conversar com eles para saber como são os seus relacionamentos. Todos devem crescer e viver sem violência e com cidadania. Se constatar que alguma criança ou adolescente a sua volta está sendo vítima de violência, procure o Conselho Tutelar do seu município ou telefone, de graça, para o número 100, de qualquer parte do Brasil. Eles também podem dar orientações sobre o que fazer caso esteja sofrendo algum tipo de maus tratos. Disque 100.

Você se preocupa com o meio ambiente de hoje e o que está deixando para o futuro? Sabia que a forma como você trata o lixo da sua casa é muito importante para a sua saúde e para a sociedade? É verdade. Todo esse lixo precisa ir para algum lugar e se cada um fizer a sua parte, ele pode ser reaproveitado e poluir menos o ambiente.

Aí vão algumas dicas para diminuir o lixo da sua cidade. **Reduza** o lixo: revise seus hábitos de consumo, preste atenção nas embalagens dos produtos, prefira os que tenham refil. **Reutilize:** não coloque para reciclar antes de pensar se você pode reutilizá-lo para outra função. **Recicle:** participe da coleta seletiva, se tiver na sua cidade.

Se onde você mora não existe coleta de lixo regular, é hora de discutir o assunto na escola, na comunidade e reivindicar junto à prefeitura. Enquanto isso, uma alternativa é enterrar o lixo orgânico, que pode servir de adubo, e procurar a prefeitura para ter orientações sobre o que fazer com o lixo seco. Para separar o lixo orgânico do seco, organize o ambiente e divida o lixo em duas lixeiras. Em uma coloque restos de alimentos, cascas de frutas, verduras, papel higiênico e itens úmidos no geral, coisas que se decomponham com facilidade. Esse é o lixo orgânico. Na outra, coloque vidros, metais, plásticos e papeis secos. Não acumule entulhos, isso pode atrair animais, insetos indesejáveis e doenças. Fácil né?

Não se esqueça: você é o maior interessado na melhoria do lugar onde mora. Então, apresente sugestões para aperfeiçoar as políticas públicas existentes para a infância e a adolescência. Quer saber como? Procure um responsável na prefeitura do seu município ou no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Até dezembro, todo município deve realizar uma nova Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – é uma ótima oportunidade de a comunidade participar e de o município avançar!

Sugestão de Pauta

Todos nós já contribuimos pagando impostos para a criação de políticas públicas, que são as ações e decisões do governo voltadas para a solução de problemas da sociedade e que vão garantir melhorias na saúde, educação, segurança, meio ambiente, economia e outros fatores que promovem o bem-estar da população. Mas temos de saber de que forma o Estado aplica esse dinheiro no município. Quer saber como você pode ajudar, radialista?

Você pode convidar alguém da prefeitura, da Câmara de Vereadores para falar aos ouvintes sobre as ações que estão em andamento para a melhoria de vida da infância e adolescência. Como essas ações são escolhidas? Quais são as prioridades? Quem define o que é prioridade? Como os habitantes podem participar dessas ações? Esse será o momento de a população entender quais são as preocupações do município para poder opinar sobre a criação de outras ações que achar necessárias.

Lugar de criança e adolescente é ou não é na escola? O acesso à educação de qualidade, a conclusão da educação básica e o incentivo à educação superior devem estar listados nas ações das políticas públicas do seu município. Entreviste um representante do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, ou alguém que fale sobre o direito à educação, e pergunte como o ouvinte pode cobrar educação de qualidade se não estiver recebendo. Que providência ele deve tomar se encontrar uma criança fora da escola?

Já pensou em fazer uma reportagem sobre o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente do seu município? O Conselho garante a criação e o acompanhamento das políticas públicas para a infância e a adolescência. Explique como o conselho funciona e como a população pode participar. Uma entrevista com um dos conselheiros pode ajudar a esclarecer à comunidade sobre a importância de se envolver na criação de políticas públicas do município.

Aproveite para pedir informações sobre a próxima Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que está prestes a acontecer em todos os municípios do País.

Algumas perguntas que podem ser feitas ao membro do Conselho:

Qual é o principal papel do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente?

Como deve ser aplicada a verba destinada à criança e ao adolescente?

É difícil criar e manter políticas públicas?

Qual é a melhor forma de fiscalizar se o dinheiro público está sendo aplicado de forma correta?

E que tal levar um representante dos adolescentes para falar sobre as necessidades da juventude no município? Programe uma entrevista em que ele possa falar de seus anseios, sugerir soluções para os problemas e apontar quais são os setores que precisam de melhoras urgentes. Pode ser também um debate, com a presença de representantes do Conselho de Direitos, da Câmara de Vereadores, da prefeitura.

Você pode obter mais informações no Guia Políticas Públicas, publicado pelo Selo UNICEF Município Aprovado 2009-2012. Ele está disponível no site <http://www.selounicef.org.br/>. Entre também no site da Escola Brasil www.escolabrasil.org.br e participe da nossa comunidade de radialistas. Lá você encontra entrevistas e spots e outras informações para complementar a sua programação.

EXPEDIENTE

Distribuição eletrônica. Periodicidade: quinzenal. Coordenação: Eder Ribeiro. Edição: Heloisa d'Arcanhy. Redação: Bruna Sabarense e Nayara Young. Diagramação: Rafael Ribeiro. Escola Brasil. SRTVN 702, Ed. Brasília Rádio Center, 4033. CEP 70.719-900, Brasília-DF. Tel.: (61) 3202-1720. selo@escolabrasil.org.br.

ESCRITÓRIOS DO UNICEF

Pará: belem@unicef.org **Amazonas:** manaus@unicef.org **Maranhão:** saoluis@unicef.org **Ceará:** fortaleza@unicef.org **Pernambuco:** recife@unicef.org **Bahia:** salvador@unicef.org **São Paulo:** saopaulo@unicef.org **Rio de Janeiro:** riodejaneiro@unicef.org **Brasília:** brasil@unicef.org